



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 0194/2020

Nos termos regimentais, foi distribuído à relatoria deste Deputado o Projeto de Lei nº 0194/2020, de autoria do Deputada Paulinha, cujo escopo é alterar a Lei nº 6.695, de 1985, que "Autoriza a doação de área de terras à União Catarinense dos Estudantes", para o fim de permitir a utilização de parte do imóvel em que está instalada a sede da entidade para fins de locação, com recebimento de valores para garantir sua subsistência.

Da justificativa apresentada pela autora, infere-se que a medida tem o escopo de amparar a entidade, tendo em vista "a dificultosa situação vivenciada pelo movimento estudantil catarinense, e suas insuficientes fontes de receitas existentes, o que faz com que careça de fundos para a manutenção".

Verifica-se que a proposta foi aprovada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e rejeitada no mérito pela Comissão de Finanças e Tributação, em parecer contrário aprovado por unanimidade.

Ademais, nota-se que permeia no caso concreto ação judicial envolvendo imóvel objeto da lei projetada, citada à época pela Secretaria de Estado de Administração.

Neste sentido, entendo salutar a consulta ao referido órgão para que traga aos autos atualização quanto à respectiva ação judicial mencionada, bem como para ratificação ou eventual complementação dos apontamentos anteriormente formulados.

Diante desse contexto, antes de emitir parecer conclusivo no âmbito deste Colegiado, e para um melhor posicionamento acerca dos aspectos relacionados ao interesse público e das atribuições específicas desta Comissão, solicito, com amparo no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno deste Poder, a promoção de **DILIGÊNCIA** do **Projeto de Lei nº 0194/2020** à **Secretaria de Estado da Casa Civil**, para que esta colha a manifestação dos demais órgãos governamentais, em especial, da **Secretaria de Estado da Administração** para que traga aos autos sua manifestação quanto à matéria.

Sala das Comissões,

Deputado Mário Motta

Relator